

Orçamento do Estado para 2023

Trabalhadores exigem aumentos reais e correção das injustiças salariais

Num momento em que os serviços da Administração Pública trabalham no sentido da preparação do Orçamento do Estado para 2023, o SINTAP dá voz às reivindicações dos trabalhadores no que concerne à **necessidade urgente de enveredar por uma trajetória de recuperação do poder de compra, de revisão das carreiras e respetivas tabelas remuneratórias, de revisão do sistema de avaliação e de adoção de um sistema de vínculos que termine com a dualidade de vínculos laborais** para trabalhadores que, lado a lado, desempenham as mesmas funções.

No que diz respeito à recuperação do poder de compra dos trabalhadores da Administração Pública, **perante uma inflação galopante, que se situa hoje nos 9,1%, o SINTAP exige que o Programa do Governo seja efetivamente cumprido, nomeadamente quanto ao compromisso de que os salários tenham aumentos reais, que não sejam totalmente absorvidos pela inflação.**

Considerando **os níveis de arrecadação de impostos que estão hoje a verificar-se, muito acima do normal, é de elementar justiça que o Governo proceda a uma maior e mais equilibrada redistribuição da riqueza criada, sendo imprescindível que o Executivo tenha uma visão integrada da política de remunerações da Administração Pública, que permita a correção das injustiças introduzidas, não só pelos ajustes que pontualmente faz para pequenas franjas de trabalhadores, como também pelos sucessivos aumentos do salário mínimo nacional**, que, apesar de positivos, acabam por provocar uma cada vez maior compressão das tabelas salariais e um agravamento das injustiças no seio dos trabalhadores, sendo que, muitos deles, com mais de 30 anos de serviço, auferem o salário mínimo.

Por outro lado, exige-se a **revisão das carreiras gerais** (técnico superior, assistente técnico e assistente operacional), com **nova estrutura remuneratória e mecanismos de progressão atrativos e realistas** na perspetiva de o topo da carreira poder ser, de facto, alcançado, e não se configurar como uma quimera, como é hoje para a vasta maioria dos trabalhadores, independentemente da qualidade do seu desempenho e da sua dedicação.

Devem também ser criadas as carreiras de técnico administrativo e de técnico auxiliar nos diversos setores da Administração Pública (saúde, educação, segurança social, autarquias, entre outros), considerando as respetivas especificidades.

Quanto ao SIADAP, além de exigir a contagem de todos os pontos para efeitos de progressão nas carreiras, o SINTAP está totalmente disponível para negociar um novo sistema de avaliação, mais justo, sem quotas, e que surja como um fator de motivação para todos os trabalhadores e não, como sucede hoje, como um elemento gerador de injustiças.

O SINTAP, reiterando a sua total disponibilidade para a negociação com o intuito do alcance de acordos anuais ou plurianuais, que introduzam estabilidade e previsibilidade nas carreiras da Administração Pública, afirma igualmente a sua predisposição para interpretar a vontade manifestada pelos trabalhadores, que, na ausência de respostas do Governo para as suas reivindicações, farão certamente com que o próximo outono seja invulgarmente agitado no que respeita às formas de luta adotadas tendo em vista a defesa dos seus legítimos interesses.

Lisboa, 29 de julho de 2022